

ATA N.º 22 – 2017/2021

Sessão Ordinária de fevereiro.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Município, com início pelas 21 horas e 15 minutos, reuniu, em Sessão Ordinária de fevereiro, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal:** -----

Rui Manuel Pereira Marques, Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado; Herculano Miguel Pereira Caetano, Jorge Altino Pinho Melo, indigitado a substituir Ana Daniela Marques Santiago, e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Anabela Martins Carvalhinhos, indigitada a substituir Lúcia Maria Azevedo Antão; João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, e Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel Silva Melo de Almeida e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; António Nunes de Almeida, em substituição de José Licínio Tavares Pimenta e Ana Margarida de Lemos Patrício, do PPD/PSD. -----

Substituições: -----

Pediram substituição na presente sessão os seguintes Membros Municipais: Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado e Ana Daniela Marques Santiago, do CDS-PP; Lúcia Maria Azevedo Antão e Eduardo Nuno Alves de Castro Pereira Marques, do PPD/PSD. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 41/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas da Sessão Ordinária de novembro (1.ª reunião, realizada em 29.11.2019, e 2.ª reunião, realizada em 04.12.2019) e da Sessão Extraordinária realizada em 08.01.2020; -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (1.ª Revisão ao orçamento da receita, no montante global de 1,00 € e ao orçamento da despesa, no montante de 71.362,46 €) e às Grandes Opções do Plano (1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos montantes líquidos totais de - 19.100,00 € e 160.000,00 € para financiamento definido e não definido, respetivamente, e de 16.000,00 € para 2021, e às Atividades Mais Relevantes, no montante de 19.100,00 €) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Cultura e Desporto; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Desenvolvimento Económico; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau (Diretor de Departamento) do Departamento Administrativo e Financeiro; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à freguesia de Alquerubim para financiamento das despesas decorrentes da reposição das condições de circulação no Caminho do Campo, que liga a Rua da Aldeia, Alquerubim à Fontinha, na sequência de intempérie; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação - Mandato 2017/2021 - e consequente nomeação; -----

Ponto 9 – Apreciação da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal – Listagem dos compromissos assumidos; -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata exequibilidade, dos pontos 3 a 8 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 023 a 26/2019 e 001 a 002/2020; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, apresentando três votos de louvor, dirigidos ao Grupo Desportivo Beira-Vouga e à JOBRA, pelo 50.º aniversário, e à Associação de Solidariedade Social de Alquerubim, pelo seu 25.º aniversário, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I, Fls. 1; Anexo II, Fls. 2; Anexo III, Fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interrogou os Grupos Municipais do CDS-PP e do PS, nas pessoas dos respetivos líderes, se subscreviam os Votos de Louvor propostos pelo PPD/PSD, dirigidos ao Grupo Desportivo Beira-Vouga e à JOBRA, pelo 50.º aniversário. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP subscrevia os Votos de Louvor apresentados pelo Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Jesus Vidinha – PS – Informou que o Grupo Municipal do PS subscrevia os Votos de Louvor apresentados. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que os Votos de Louvor apresentados foram subscritos por todos os Grupos Municipais, declarou os mesmos aprovados, por unanimidade. De seguida colocou a votação o Voto de Louvor dirigido à Associação de Solidariedade Social de Alquerubim, pelo seu 25.º aniversário. O Membro Municipal Luís Oliveira ausentou-se da sala de reuniões, em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código do Procedimento Administrativo, não tendo discutido, nem votado este voto, uma vez que integra os Órgãos Sociais da instituição agraciada. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP associa-se ao Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Jesus Vidinha – PS – Informou que o Grupo Municipal do PS associa-se ao Voto de Louvor apresentado. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que o Voto de Louvor apresentado foi subscrito por todos os Grupos Municipais, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

O Membro Municipal Luís Oliveira regressou à sala de reuniões, pelo que os próximos assuntos contaram com a sua participação e votação. -----

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público, informando não haver inscrições para intervir. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Usou da palavra, lendo uma declaração relativa à anulação do traçado da Auto-Estrada A32, a qual fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IV, Fls. 2). -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que a Fundação Francisco Manuel dos Santos demonstrou algumas evidências que importa observar criticamente, e que passou a expor. Durante o ano de 2010, havia mais nascimentos do que óbitos, correspondendo a um saldo natural positivo. Em 2018, estando o Município de Albergaria-a-Velha sob a gestão do CDS-PP, verifica-se um saldo natural negativo, em face do aumento do n.º de óbitos e da redução da taxa de natalidade. Ainda em 2018, a população com menos de 15 anos ficou abaixo da média nacional, comparativamente ao registado no ano de 2010. Em 2018, também se verificou uma diminuição substancial da população residente, em

comparação com o ano de 2010, representando uma variação negativa superior a 4% da população. Desde 2018, o Índice de envelhecimento encontra-se acima da média nacional. Também o n.º de alunos de ensino não superior diminuiu em 2018, comparativamente a 2010, representando uma variação negativa superior a 16% da população estudantil. Em face do quadro de agravamento dos diversos indicadores relativos à natalidade vs. envelhecimento, desde que o CDS-PP lidera a gestão municipal, questionou se o executivo do CDS-PP apostou na fixação de jovens casais no município, para promover o aumento da população ativa, número de nascimentos, aumento do saldo natural e combatendo o aumento do Índice de Envelhecimento, afirmando que a resposta à questão colocada é “não”. Recordou que o PSD apresentou uma proposta para utilizar um terreno da propriedade do município, sito na Vila das Laranjeiras, que permitiria construir vinte frações a custos controlados, para casais jovens, aumentando a oferta mobiliária com o objetivo de fixar população, não tendo sido, porém, aprovada pelo CDS-PP. Esta opção teria sido um contributo para combater a especulação imobiliária e a fuga de famílias para municípios com oferta habitacional a preços mais reduzidos e com uma política fiscal mais atrativa. Questionou se o executivo do CDS-PP promoveu a frequência de creches, de centros de dia e de lares de idosos, a preços mais acessíveis, com recurso a celebração de protocolos com IPSS` s, afirmando igualmente que tal não aconteceu, estando o executivo mais concentrado em festas. Questionou ainda se o executivo tem aumentado o apoio financeiro às IPSS` s na mesma proporção do aumento do Salário Mínimo Nacional, ao longo dos últimos anos, respondendo que tal também não se verificou. Questionou se tem sido promovido o acesso à saúde de proximidade, mantendo as extensões de saúde ou facultando transportes de acesso gratuito à população, mormente à população idosa mais desprotegida. Esclareceu que tal não se tem verificado. Nas áreas dos transportes e comunicações, indicou que o executivo não cumpre com as suas atribuições. Referiu que não se verifica a promoção do investimento necessário para conservar as infraestruturas e vias municipais, observando-se um crescente agravamento do seu estado de degradação. Ao quadro apresentado, junta-se o chumbo da proposta do PSD para a construção de um parque urbano, que traria melhorias na qualidade de vida das pessoas. Recordou que, até à presente data, o PPD-PSD aguarda informação relativamente a quando e como o CDS-PP avançará com a proposta para a construção do parque verde. Terminou a sua intervenção, referindo que esta tendência e evidências revelam uma falta de visão e de estratégia para inverter o atual estado das coisas, devendo preocupar seriamente todos os albergarienses. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, tomando como exemplo a Avenida Bernardino Máximo Albuquerque, referindo ser uma preocupação do Grupo Municipal do PS que os passeios se encontrem destruídos e com o pavimento deteriorado. Questionou se o alcatrão colocado na frente da recém-inaugurada Escola da Avenida, para colmatar algumas falhas no pavimento, irá abranger a restante zona do passeio ou se foi colocado provisoriamente. No que respeita à eficiência energética, julgando estarem a ser colocadas lâmpadas led` s na iluminação pública em algumas áreas do centro urbano, questionou se tal trabalho será extensível a outras ruas da cidade. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, dando nota positiva ao facto de o Presidente da Junta de Freguesia da Branca ter trazido à discussão, nesta sessão, o assunto referente à A32. Recordou ter sido um assunto abordado nesta Assembleia Municipal várias vezes, dando nota da evolução e desfecho positivos que este problema teve, que afetava a população da Freguesia da Branca. Referiu

que o PS sempre teve uma atitude positiva na resolução deste problema, em conjunto com o executivo municipal, manifestando o seu agrado pelo facto de o atual Governo estar associado a este desfecho positivo. Apresentou um voto de louvor à associação AURANCA pelo trabalho desenvolvido nesta matéria e pela sua persistência, atravessando vários executivos. Informou que é entendimento do PS que a ligação da A25 à A32 não deve ficar sem efeito, pois poderá ser uma oportunidade de desenvolvimento do município mais a norte, criando uma maior acessibilidade à Freguesia da Ribeira de Fráguas, pensando que também a Câmara Municipal de Sever do Vouga partilha a mesma opinião. Ainda que a concretização da ligação Aveiro-Águeda não esteja definida, poderá aproximar-se do Município de Albergaria-a-Velha, podendo trazer uma oportunidade para as freguesias do sul do município, nomeadamente de Alquerubim e de São João de Loure e Frossos. Manifestou a disponibilidade do Grupo Municipal do PS para contribuir no sentido deste assunto vir a ter um desfecho positivo. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, indicando que o assunto referente à ligação A32 foi o primeiro ato que teve enquanto Presidente da concelhia do CDS-PP, em março de 2013. Referiu ter-se deslocado à entidade *Estradas de Portugal*, a primeira vez que assumiu este papel, perante entidades oficiais, porque o Presidente da Câmara Municipal, António Loureiro dizia ser uma prioridade para o município. Na altura, o povo sentia-se órfão e desprotegido, tendo surgido a associação AURANCA, lembrando que o executivo em funções no Município de Albergaria-a-Velha à data se demitiu do papel de proteger e estar na linha da frente deste combate. Referiu não ser fácil lidar com traçados e, o facto de, em Lisboa, pouco conhecimento existir sobre a realidade local. Felicitou o povo da Branca, que foi resiliente e não esperou pelas forças políticas, tendo atuado na proteção dos interesses da população da Branca, agradecendo o papel e a visão construtivas do PS, acrescentando que o impacto deste traçado seria sentido por todo o município e não exclusivamente pela população da Branca. No seguimento da intervenção do Membro Municipal José Alho, considerou não estar a ser dado valor ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo executivo municipal nos últimos anos, pois a sua atuação tem-se voltado para as pessoas. Deu o exemplo do investimento feito no âmbito da reabilitação de seis estabelecimentos de ensino, no valor de 120.000,00€. Acrescentou que o Presidente referiu não ser competência da Câmara Municipal a requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha mas, não tendo desistido, vai avançar com a segunda fase da requalificação, no valor de 700.000,00€. No que versa sobre os equipamentos municipais, enumerou algumas das obras realizadas, designadamente a reabilitação do pavilhão municipal de Albergaria-a-Velha, do Mercado Municipal, da Rua da Cilha, em Alquerubim, da Viela da Marinha, em Angeja ou da Rua Entre Casas, em Frossos. Questionou o Membro Municipal José Alho se considera que este município tem tido, ou não, uma política fiscal amiga dos munícipes. Questionou também se um município que investe no mercado municipal, em prol do comércio local, que promove ciclovias, a requalificação de escolas, a Incubadora de Empresas, políticas de apoio ao arrendamento, políticas de apoio à deficiência, é ou não um município que cria condições de fixação da população, dizendo entender que o Membro Municipal José Alho não foi ponderado na sua intervenção. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra manifestando o seu desalento relativamente ao encerramento ao trânsito do pontilhão entre Alquerubim e a Fontinha, uma via essencial à população e demais agentes económicos. Referiu que, desde 22.12.2019 não há alternativas credíveis, verificando

uma insensibilidade do Presidente da Câmara Municipal perante o transtorno diário causado à população de Alquerubim. A apatia, a insensibilidade e o desleixo também lhe assentam em face do seu alheamento relativamente ao traçado que faz a ligação de Aveiro-Águeda, crucial para a população sul do município, designadamente das Freguesias de São João de loure e Frossos e de Alquerubim, prejudicando-as. O desleixo permitiu também que nos últimos anos o município, sob gestão do CDS-PP, tenha mergulhado num calvário sobre o serviço de recolha, transporte de resíduos urbanos e deficiente lavagem de contentores, que persistirá até ao termo do contrato em vigor com a empresa Luságua. A intenção de proceder à abertura do novo concurso, que mereceu a aprovação do PSD, permitiu apontar pontos fracos ao consórcio escolhido e ao caderno de encargos que, no entendimento do PSD, poderá prejudicar o município. Continuando referiu que, tendo em conta os dados de estudo da PORDATA, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, entre 2010 e 2018, constata-se que em 2010, da despesa total do município, 4% era afeta ao ambiente, ao passo que em 2018 era de 5%, refletindo-se num aumento de 25%. Porém, verificou-se uma redução da quantidade de resíduos sólidos urbanos seletivos recolhidos, entre 2010 e 2018. Não obstante ter gasto mais 1% do seu orçamento, o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos piorou bastante, não tendo a maior afetação de recursos financeiros uma reflexão num serviço eficiente e de qualidade. Recordou que em 2010, O CDS criticava duramente os eventos promovidos pelo PSD, o qual usava 11% das despesas para o efeito, tendo-se assistido a um forte investimento em equipamentos culturais e desportivos. Em 2018, com o CDS no poder, o município aloca 21,8% à cultura e ao desporto, correspondendo ao dobro e sem existir um forte investimento, comparativamente ao ano de 2010. Brevemente, estar-se-á na fase de análise das contas municipais, regressando à sua mente o adjetivo *desleixe* porque a Fundação Francisco Manuel dos Santos diz que no ano de 2010, o saldo financeiro foi de 2.214.000,00€, ao passo que no ano de 2018 foi de -0.878.000,00 €, verificando-se uma clara deterioração do saldo financeiro, em 3.092.000,00€ -----

Pedro Tavares – CDS-PP – Usou da palavra referindo que o Membro Municipal José Alho afirmou que o executivo municipal está concentrado em festas e não na captação de jovens para o município. No entanto, na sua opinião, a agenda cultural é importante para a fixação de jovens no município. Solicitou ao Membro Municipal José Alho que desse a sua opinião sobre quais os eventos que poderiam ser dispensados.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Iniciou a sua intervenção pedindo um minuto de silêncio pelo falecimento do trabalhador da Câmara Municipal, Manuel António Marques Gomes Pires, no passado 27.02.2020, apresentando as condolências à família enlutada. Em resposta ao Membro Municipal José Alho, solicitou que o mesmo enunciasse o que foi feito pelo anterior executivo do PSD, em 12 anos em funções no município, em termos de programas de apoio às IPSS`s. Expressou a sua satisfação pelo trabalho desenvolvido pela Vereadora Catarina Mendes em torno desta matéria, pela diferença abismal existente, agradecendo a homenagem que o Membro Municipal José Alho apresentou à Sra. Vereadora Catarina Mendes pelo trabalho desenvolvido. Referiu existirem, atualmente, regras e um regulamento que determinam a forma de atribuição dos apoios, pelo respeito a todas as IPSS`s, dentro das regras da democracia, esclarecendo que os impostos utilizados *versus* os resultados atingidos é que revelam

a transparência e o respeito por todas as IPSS`s. Questionou, quais os municípios que, no âmbito da CIRA, têm uma carga fiscal mais benéfica para as famílias. No âmbito da taxa de natalidade, referiu ter sido por mérito dos Grupos Municipais do CDS-PP e do PS que a redução de impostos foi possível, criando condições para baixar impostos em função do agregado familiar e outros fatores. Clarificou que, com a redução dos impostos e das taxas, nos últimos cinco anos ficaram do lado das famílias e das empresas 5,3 milhões de euros, recordando que, nos 12 anos de estagnação, o PSD teve em sua posse ferramentas que não foram utilizadas a favor das famílias. Questionou a razão pela qual, em 12 anos, o PSD não procedeu à reabilitação no Bairro das Lameirinhas. Referiu que o executivo liderado pelo PSD não adquiriu qualquer terreno na Zona Industrial, sendo a sua aquisição uma das formas de criar condições para instalar pessoas em Albergaria-a-Velha, trabalho que foi iniciado pelo Sr. Nunes de Almeida e posteriormente pelo Dr. Rui Marques, anteriores Presidentes da Câmara Municipal. Mais referiu ainda que mais de 100 pessoas beneficiaram da medida *apoio ao arrendamento* e questionou qual o motivo para o executivo do PSD não ter procedido à reabilitação urbana, lembrando que este executivo criou ferramentas para reabilitar ARU`s. No que respeita à área da educação, recordou terem sido encerradas escolas, no passado, referindo, contudo, assumir de forma responsável que, se tiver que se proceder ao encerramento de estabelecimentos de ensino para oferecer melhores condições, eles serão encerrados. Sublinhou que este executivo, não elabora projetos em função de programas eleitorais, nem elabora projetos sem dialogar de forma frontal com os interessados, envolvendo-os nas soluções que vierem a ser tomadas. No que respeita ao traçado da A32, agradeceu à AURANCA, aos Presidentes das Juntas de Albergaria-a-Velha e Valmaior e da Branca e ao PS, que não procuraram protagonismos, mas sim a construção de uma sociedade e de um município melhores. Manifestou satisfação por saber que quem era contra a requalificação da Escola da Avenida e que referia que a estratégia definida estava errada, esteja a exercer a sua profissão, por direito, na referida escola. Mais informou esperar que o investimento feito pelo município na Escola da Avenida sirva de exemplo para demais municípios na criação de condições melhores para os mais jovens. Relativamente à requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, esclareceu que a 1.ª fase foi negociada diretamente com o Governo Socialista e que a 2.ª fase da requalificação colocará esta escola como uma referência a nível regional, informando que será entretanto realizada a 3.ª fase. Esclareceu a Membro Municipal Ludovina Silva que o executivo trabalha de forma construtiva, podendo melhorar o que é feito. Sobre o assunto dos resíduos sólidos urbanos, referiu sempre ter dado razão às intervenções dos Membros Municipais, mencionando, contudo, ter havido uma melhoria e dando nota que o custo é inferior a metade. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra saudando a persistência de todos os que intervieram na resolução do problema do traçado da A32. Recordou que todos fazem coisas boas e menos boas, ficando sempre algo por fazer. Informou que o incremento no apoio às IPSS`s, à rede social e às organizações foi um trabalho iniciado pelos executivos do PSD, sendo a intervenção do Membro Municipal José Alho sustentada. A génese dos regulamentos dos apoios ao ensino superior, e da atribuição de apoios às coletividades também foi daqueles executivos. Referiu que a história da Zona Industrial é indesmentível, mas todos trabalharam para tal, sendo o Presidente da Câmara Municipal conhecedor do “presente envenenado” que o PSD recebeu da Zona Industrial. Mais referiu que o Presidente da Câmara Municipal vendeu um imóvel da Zona Industrial que

vinha do passado. No que respeita às escolas, os executivos liderados pelo PSD foram os que mais trabalharam, destacando a construção da Escola Básica de Albergaria-a-Velha, Escola de Alquerubim e de Angeja, a requalificação do Jardim de Infância de São João de Loure, entre outros investimentos. Referiu ser verdade ter sido colocado alcatrão na zona sul do município, mas já foi há vários anos atrás. Concluiu a sua intervenção questionando que garantias existem, por exemplo na Unidade de Saúde Familiar Beira Vouga no que respeita ao isolamento social, em face da pandemia que se avista e qual o plano de contingência para lhe dar resposta, dado que, na sua opinião, o município não tem as condições necessárias para dar essa resposta. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, em defesa da honra, considerando que o Presidente da Câmara Municipal usou a sua condição profissional para o atacar politicamente, fazendo referência explícita ao facto de estar a lecionar na Escola da Avenida, referindo desconhecer de que forma a sua profissão se relaciona com a sua condição política e solicitando ser tratado com o respeito institucional que tem perante o Presidente da Câmara Municipal. Esclareceu ser trabalhador do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação, encontrando-se a exercer a sua profissão na Escola da Avenida por determinação do Diretor do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra referindo que o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos traz o tema do Coronavírus como se fosse um assunto de futuro no município, percebendo-se claramente que a intenção é chamar a atenção para a Unidade de Saúde Familiar do Baixo Vouga. Referiu que a Direção Regional de Saúde estará a fazer o seu trabalho, tal como o Sr. Diretor do ACES Baixo Vouga, Dr. Pedro Almeida, que já terá tomado as medidas necessárias, em coordenação com o Centro de Saúde e demais Unidades de Saúde Familiar, em resposta aos cuidados de saúde necessários. Referiu que a população poderá estar tranquila, não sendo necessário criar alarido, como pretende o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra referindo que, na sua intervenção anterior, exemplificou apenas algumas obras realizadas no sul da freguesia, de forma sucinta, não tendo feito juízos de valor nem pela quantidade nem pela qualidade. No que respeita à Zona Industrial, informou não ser verdade o indicado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos quando referiu que “todos fizeram a sua parte”, tratando-se de um branqueamento da verdade. Deu nota que, quando o primeiro executivo do CDS entrou em funções na Câmara Municipal teve de fazer oposição ao PDM preparado pelo PSD, para criar as condições necessárias para aumentar a área de atividade da Zona Industrial. O PSD não tinha previsto qualquer aumento da Zona Industrial, não procedeu à aquisição de nenhum metro quadrado de terreno, excetuando o terreno adquirido para instalar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha. Não criaram condições nem tiveram vontade de expandir a Zona Industrial. Mais disse que o PSD aproveita qualquer oportunidade para atacar a honra do Presidente da Câmara Municipal, muitas vezes baixando o nível, inclusive nesta Assembleia Municipal. Concluiu a sua intervenção referindo que o Presidente da Câmara Municipal fala no passado, porque tem de ser feito, sempre, um contraponto entre a situação de partida e o que foi feito. Conhecendo a postura do Presidente da Câmara Municipal, conhecida e apreciada pelo município, designadamente pela sua humildade, disse entender ser de baixo nível a postura do PSD. ---

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra referindo que a ligação Aveiro-Águeda é de elevada importância. Quando falou pela primeira vez, em reunião de Assembleia Intermunicipal da CIRA, o

assunto estava parado. Já na segunda intervenção, o Presidente da CIRA informou que os Municípios de Aveiro e de Águeda construiriam o primeiro 1-2 kms, cada um, não havendo previsão de passar pela zona sul deste município, ao passo que a restante área do trajeto ficaria a cargo do Governo. Neste sentido, referiu ser altura do Membro Municipal Jesus Vidinha e o Presidente da Câmara Municipal fazerem algo, porque encontra-se prevista a passagem pela Freguesia de São Bernardo. Em matéria de saúde, questionou o Presidente da Câmara Municipal como vai responder à população de São João de Loure, que se encontra isolada, sem acesso a transportes e sem obrigação de suportar custos adicionais para se deslocar à USF de Angeja, considerando que a USF de São João de Loure está encerrada e assim continuará até ao final do mandato. Informou que a Rua dos Gises, em São João de Loure, é de certeza das piores vias do município, convidando o executivo a dirigir-se ao local, aguardando uma intervenção urgente. Sublinhou que o caso do pontilhão, referido nas intervenções anteriores, ocorreu há dois meses, felicitando o Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim pela sua atuação a favor da população. Terminou a sua intervenção mencionando que o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos se comprometeu a intervir na freguesia nestes dois anos, com maior atenção, alertando para o facto de estar na altura de o fazer. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra referindo que nos últimos 35 anos, o PSD só esteve 12 anos no poder. O Presidente da Câmara Municipal refugiou-se no passado, não dando uma única palavra em matéria de saúde. Indicou que sobre as IPSS's o Presidente da Câmara Municipal não referiu que havia um regulamento aprovado e que foi feito muito investimento nas infraestruturas, pelos executivos do PSD, no passado.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Usou da palavra referindo que numa situação normal o Membro Municipal José Alho congratularia a Sra. Vereadora Catarina Mendes pela excelente obra de requalificação da Escola da Avenida. Tendo o Membro Municipal José Alho reconhecido, no dia da inauguração, como positiva a obra desenvolvida, e caso não lhe seja possível apresentar esse reconhecimento, por questões políticas, felicitou a Sra. Vereadora Catarina Mendes, em nome do Membro Municipal. Infelizmente ocorreu uma tragédia sobre o pontilhão em Alquerubim, questionando o Membro Municipal Luís Oliveira sobre que procedimento teve o executivo do PSD em face do risco de derrocada da Ponte de Valmaior. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo que, se dependesse da vontade de um dos Vereadores do PSD, a USF de Angeja nunca existiria. Em relação ao pontilhão de Alquerubim, agradeceu as palavras do Presidente da Junta de Freguesia da Branca. Recordou ter havido uma ponte em Valmaior encerrada durante dois anos, ao passo que em Alquerubim, ao fim de dois meses encontrou-se uma solução para resolver o problema, considerando existir uma grande diferença na celeridade com que o problema foi resolvido. Informou, relativamente à ligação Águeda-A1-Aveiro, à qual o Membro Municipal Arménio Silva fez referência, estar a ser sustentada uma ligação a sul do município. Lembrou que o Dr. Rui Marques construiu duas escolas, uma na Branca e outra em São João de Loure e que o insucesso deste último estabelecimento de ensino não se deveu àquele Presidente de Câmara Municipal, que tendo sido acusado, sempre defendeu o ensino público, mesmo face ao ensino privado. Ainda relativamente à temática da educação, disse entender que Vereadora

Catarina Mendes sabe o que quer, o que é o melhor para o município, de forma transversal a todas as suas áreas, tendo tido obstáculos, mas conseguindo dar sempre uma resposta cabal aos desafios que se apresentam, pensando e agindo com uma perspetiva de futuro e não política, de forma estruturada, sustentada e inteligente, entendendo que a obra e os atos respondem por si, acrescentando que seria positivo que existissem muitas pessoas no município que pensassem de forma mais alargada e defendessem as classes mais desfavorecidas. Agradeceu depois à população e ao Governo relativamente à mensagem que estão a passar sobre a pandemia, sem criar alarmismos, esclarecendo que se esta atingir o município, ter-se-á de dar resposta, problema que será transversal a todo o país, entendendo existir no município, condições para responder de forma eficiente e capaz. Ato contínuo, solicitou que fosse dada a palavra à Senhora Vereadora Catarina Mendes, para prestar esclarecimentos relativamente a algumas questões colocadas. -----

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra começando por agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Deu nota que o desenvolvimento na educação não se deve exclusivamente às infraestruturas. Em 2013 estas eram pautadas por três centros escolares, uma Escola Básica e demais escolas dispersas por todo o município, de pouca qualidade, com carência de investimento e de respeito pelas populações das freguesias mais distantes do centro do município. Existiam escolas ameaçadas de encerramento, mas com muitos alunos e em muito más condições. Este executivo lutou pelo não encerramento, pela sua requalificação e manteve o parque e rede escolares com qualidade crescente, pautando por padrões elevados a sua atuação ao nível dos cuidados e de assistência nesses estabelecimentos. Exemplo disso é o rácio das Assistentes Operacionais que está acima do rácio previsto e definido pelo Ministério da Educação. Ao nível das refeições escolares, tem havido um trabalho de melhoria contínua da sua qualidade. Este executivo verificou um desenquadramento e falta de previsão de futuro ao nível das escolas, apresentando o caso da Escola Secundária e da Escola Básica, com turmas a mais e com um caos instalado devido ao reduzido número de Assistentes Operacionais. Relativamente aos apoios às IPSS's, referiu que já anteriormente havia apoio às mesmas, que foi importante para o seu crescimento e para assegurar respostas sociais à população, sendo no entanto visível quais delas eram efetivamente apoiadas. Referiu que o apoio deve ser atribuído de forma equilibrada e baseada em regras bem transparentes e definidas, que constam no Regulamento, que foi revisto e aplicado com base em novas regras. Afirmou não permitir que seja dito que as IPSS's são apoiadas de qualquer maneira, tendo consigo documentos com informação sobre a fórmula de atribuição dos apoios em todos os eixos e estando disponível para mostrar a forma como a autarquia procede nesta matéria. Mais referiu não aceitar que se cometam irregularidades ou ilegalidades, com duplicação de apoios, financiamento de respostas que não estão implementadas, ou outras situações similares. Disse ainda ser um orgulho ver a rede social e o conjunto de IPSS's existentes, que integram a rede solidária, e apoiá-las, pois são o garante de respostas sociais. No que respeita à mobilidade para a saúde, esclareceu que a criação de uma rede de transportes para a rede de saúde, não é da responsabilidade do executivo, devendo ser sua preocupação a promoção ou criação de condições de acesso dos munícipes à saúde, trabalho que se encontra a ser feito e assenta sobretudo nas necessidades relacionadas com os encerramentos que tem vindo a ocorrer, também com base na rede solidária existente e que muito tem ajudado nesta matéria, tal como acontece no que respeita às refeições escolares, que são também asseguradas por

algumas IPSS`s. Sobre o plano de contingência, informou que os contactos e informações do Ministério da Saúde estão disponíveis na página do município, estando o seu contacto também disponível ao nível da rede solidária, das IPSS`s e da rede escolar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Senhor Vereador António Almeida.-----

Vereador António Almeida – Usou da palavra referindo que foi dita meia verdade, abstendo-se de fazer qualquer comentário hoje e que fará chegar por escrito ao Presidente da Assembleia Municipal o que foi dito sobre a sua pessoa, pois não é contra a Unidade de Saúde de Angeja, tendo-a defendido publicamente. -----

Luis Fernando Oliveira - PPD/PSD – Esclareceu que a Ponte de Valmaior é uma obra de arte e que, à data, suscitaram-se dúvidas acerca de quem era a responsabilidade, de quem fazia os projetos de especialidade e como se financiava a obra. Referiu parecer-lhe tratar-se de uma brincadeira comparar uma obra de arte a um pontilhão. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que foram os mesmos colaboradores que analisaram o processo da Ponte de Valmaior, tendo demorado dois anos a fazê-lo, ao passo que no âmbito do processo do pontilhão, demoraram apenas dois meses, estando lançado o concurso, que se encontra adjudicado. Sobre as IPSS`s e respetivos ataques políticos, o único que tem sido atacado nesta Assembleia Municipal tem sido o próprio. Referiu que o “estado de graça” vai acabar, pois deverá ser analisado qual o apoio que anteriormente era atribuído pela Câmara Municipal, de que forma era atribuído e quem se encontrava na liderança das instituições, entendendo estar na altura de pôr termo às falsas suspeitas que se levantam por pessoas que fogem depois ao assunto levantado, lembrando que na política não vale tudo. -----

José Alho – PPD/PSD – Apresentou um ponto de ordem à Mesa, referindo não lhe parecer avisado nem dignificante para a Assembleia Municipal que o Presidente da Câmara Municipal recorra ao aumento do tom de voz e à utilização de vocabulário vulgar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas da Sessão Ordinária de novembro (1.ª reunião, realizada em 29.11.2019, e 2.ª reunião, realizada em 04.12.2019) e da Sessão Extraordinária realizada em 08.01.2020; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia. Não havendo inscrições, colocou à votação as atas da Sessão Ordinária de novembro (1.ª reunião, realizada em 29.11.2019, e 2.ª reunião, realizada em 04.12.2019) e da Sessão Extraordinária realizada em 08.01.2020; -----

a) ata da 1.ª reunião da Sessão de setembro, realizada em 29.11.2019 -----

Votação: Colocada a votação a ata da 1.ª reunião da Sessão de setembro, realizada em 29.11.2019, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não

participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Rui Marques, do CDS-PP e Filomena Bastos, do PSD, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia da Branca e da Ribeira de Fráguas, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

b) ata da 2.ª reunião da Sessão de setembro, realizada em 04.12.2019 -----

Votação: Colocada a votação a ata da 2.ª reunião da Sessão de setembro, realizada em 04.12.2019, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Rui Marques, do CDS-PP e Filomena Bastos, do PSD, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia da Branca e da Ribeira de Fráguas, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

c) ata da Sessão Extraordinária, realizada em 08.01.2020; -----

Votação: Colocada a votação a ata da Sessão Extraordinária, realizada em 08.01.2020, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Rui Marques e Luís Silva, do CDS-PP e Anabela Carvalinhos, do PSD, por não terem estado presentes na sessão a que ela respeita. ----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município” -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Luis Fernando Oliveira - PPD/PSD – Usou da palavra, lamentando que as atividades da Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias estejam meramente confinadas a uma tabela com a enumeração de obras por empreitadas. Verificou que as empreitadas “Valorização dos caminhos de Fátima”, “pavimentação e conservação de vias de comunicação na Zona Norte”, “correção do traçado da Rua Bela Vista e da Rua de Sobreiro a Alquerubim”, “colocação de sinalética horizontal”, inequivocamente estão atrasadas, questionando o que foi feito pelo executivo para que tal não se verificasse. Analisada a tabela dos processos judiciais pendentes, verifica-se haver nove processos instaurados pelos trabalhadores da autarquia, revelando uma relação conflituosa entre o município e os trabalhadores, contradizendo a boa relação laborar enunciada pelo Presidente da Câmara Municipal com os trabalhadores municipais. Solicitou esclarecimentos sobre o Processo n.º537/16.OBE.AVR, TAF de Aveiro, respeitante ao pedido de declaração de nulidade do ato administrativo de acumulação de funções. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra solicitando que os valores dos subsídios atribuídos venha discriminado na Informação Escrita, referindo tratar-se de informação pública, tal como vem esplanada no Jornal de Albergaria. Sobre o Gabinete de Inserção Profissional, consta que foram realizados 307 atendimentos e colocadas duas pessoas em ofertas de emprego; mas a forma como a informação é colocada revela uma grande taxa de insucesso; apenas são realizados cinco atendimentos semanais, um dos quais telefonicamente, questionando se não haverá uma falta de proatividade no trabalho de

condução das pessoas à sua inclusão. Sobre a utilização das infraestruturas municipais, referiu que as entidades formadoras SEMA, FORGESP e FORESP promovem ações de formação co-financiadas, havendo verbas alocadas ao aluguer de espaço, num valor de referência de 50,00€ por dia, verificando-se que o município cede gratuitamente a utilização dos espaços para desenvolver ações de formação quando as empresas recebem uma verba para esse efeito, sugeriu ao executivo que proceda às devidas correções, de futuro. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra referindo ter reparado que no norte do município e a sul, nomeadamente em Angeja, foram colocados novos abrigos, requalificando-se outros, pelo que questionou se esse serviço vai continuar nas demais freguesias, porque o abrigo sito junto da Escola Básica de São João de Loure está completamente danificado, tendo uma elevada utilização. Mais referiu não perceber as razões para ter sido referenciado na informação escrita a cedência da Sala Multiusos do Centro Cultural de São João de Loure para festa de natal e de teatro da ASIV, considerando que aquele espaço é de utilização quase diária daquela associação. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra esclarecendo que a ASIV utiliza uma parte daquele espaço. Pontualmente, vão pedindo a utilização adicional de espaços. Deu nota da precariedade do contrato anual existente, felicitando a ASIV pelo cumprimento do protocolo. Relativamente à questão colocada pelo presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, esclareceu que a colocação ou requalificação de abrigos será transversal a todas as freguesias do município, sendo um trabalho contínuo. Esclareceu também o Membro Municipal Luís Fernando que existe um atraso generalizado na execução das obras, referindo que o Membro Municipal é matemático esquecendo, porém, muitas vezes as pessoas, fator diferenciador entre ambos, pois o Presidente da Câmara Municipal coloca as pessoas em primeiro lugar. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra, lamentando a atitude, desnecessária, de quem apresenta comentários sobre a relação laboral entre os trabalhadores da Câmara Municipal e os sucessivos executivos municipais. Em intervenções anteriores foi dito que, atualmente há maior apreço pelos trabalhadores municipais, contrariamente ao passado. Recordou que, no passado, as grandes obras municipais foram projetadas, desenvolvidas e acompanhadas pelos trabalhadores da Câmara Municipal revelando, desta forma, que os trabalhadores eram valorizados, não se assistindo ao mesmo cenário, atualmente, perante as grandes obras em curso no município. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo o Membro Municipal Jesus Vidinha que a utilização das salas deverá ser quantificada, mas na maioria dos casos, pensa-se na criação de valor em face dos cursos ministrados, clarificando que uma grande parte das salas utilizadas são pagas e não cedidas gratuitamente. O município dá importância à criação de valor para as pessoas, criando condições para acederem a respostas que não existem no município, acrescentando que em Albergaria existe uma percentagem de desempregados que não são enquadrados em face das necessidades do

mercado. Solicitou que fosse dada a palavra à Senhora Vereadora Catarina Mendes para esclarecimentos às questões colocadas.-----

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra esclarecendo que os números elevados mencionados na Informação Escrita sobre o GIP relacionam-se com uma forma de trabalhar do IEFP. Clarificou existir a apresentação de grandes grupos de pessoas, em modo de formação, que são chamados para participar nas sessões do GIP. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra questionando o Membro Municipal Luís Oliveira se o próprio terá ou não contribuído para os processos judiciais instaurados, denunciando junto de autoridades de investigação, nomeadamente sobre o Presidente da Câmara Municipal. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra indicando ter feito apenas algumas perguntas, de acordo com a listagem apresentada na Informação Escrita, nomeadamente de processos interpostos pelo sindicato, às quais o Presidente da Câmara Municipal não respondeu. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início à apreciação do ponto 3. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (1.ª Revisão ao orçamento da receita, no montante global de 1,00 € e ao orçamento da despesa, no montante de 71.362,46 €) e às Grandes Opções do Plano (1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos montantes líquidos totais de - 19.100,00 € e 160.000,00 € para financiamento definido e não definido, respetivamente, e de 16.000,00 € para 2021, e às Atividades Mais Relevantes, no montante de 19.100,00 €) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 3. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos treze Membros Municipais do CDS-PP, dos seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e de São João de Loure e Frossos, e duas abstenções, dos Membros Municipais do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Modificação ao Orçamento (1.ª Revisão ao orçamento da receita, no montante global de 1,00 € e ao orçamento da despesa, no montante de 71.362,46 €) e às Grandes Opções do Plano (1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos montantes líquidos totais de - 19.100,00 € e 160.000,00 € para financiamento definido e não definido, respetivamente, e de 16.000,00 € para 2021, e às Atividades Mais Relevantes, no montante de 19.100,00 €) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 4. -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Cultura e Desporto. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra referindo que após apreciação da composição do júri dos procedimentos concursais referenciados nos pontos 4 e 5 da Ordem do Dia, verificou ser constituído por trabalhadores que integram o Mapa de Pessoal do Município de Albergaria-a-Velha, enquanto os elementos que integram o júri do procedimento concursal referente ao ponto 6 são externos ao município. Questionou se existe um critério para a escolha do júri e quais as razões para tal. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra indicando que, da análise à certidão do presente ponto se verifica que o Presidente da Câmara Municipal teve a oportunidade de explicar na reunião de Câmara Municipal que este ponto decorre de uma decisão do Tribunal Administrativo e questionou o Presidente da Câmara Municipal se poderia informar aos membros da Assembleia Municipal qual o conteúdo da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo. Mais questionou qual a carreira em que se encontra atualmente o colaborador que ocupava o cargo de Chefe de Divisão, pretendendo esclarecimentos se o mesmo está integrado no cargo de Chefe de Divisão Municipal ou na carreira de Técnico Superior. Mais questionou se o executivo procede à abertura de procedimento concursal para reconduzir a mesma pessoa naquele cargo e de que forma são abertos os procedimentos concursais no município, em especial para cargos de direção intermédia. Terminou a sua intervenção, referindo que o Presidente da Câmara Municipal deverá garantir que é o melhor candidato que irá ocupar o lugar, independentemente de pertencer ou não à autarquia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra indicando que os elementos que integram o júri dos procedimentos concursais deverão deter carreira profissional igual ou superior à colocada a procedimento concursal. Informou ainda que, encontrando-se na qualidade de Presidente da Câmara Municipal há seis anos, ficou surpreendido com o que aconteceu na última reunião de Câmara Municipal, particularmente no que se refere ao procedimento concursal em apreciação, tendo a intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal sido muito pertinente. Lembrou que, neste ponto em concreto, se está a avaliar a capacidade dos elementos de um júri que avaliou e propôs a nomeação de um vereador deste município num cargo de direção intermédia noutra autarquia, ficando por isso assustado quando se fala na criação de um “fato à medida”. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra solicitando que fique registado em ata que não obteve resposta à questão colocada e nunca ter referido “tratar-se de um fato à medida”. -----

Ludovina Silva – PS – Voltou a solicitar esclarecimentos sobre a questão anteriormente colocada, uma vez que a lei citada é a mesma para todos os procedimentos concursais. -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que os elementos do júri do procedimento concursal enunciado no ponto 6 da Ordem de Trabalhos deverão estar integrados em cargo igual ou superior à colocada a concurso – Diretor de Departamento, não havendo no município trabalhadores com o cargo de direção intermédia de 1º grau, enquanto os procedimentos concursais mencionados nos pontos 4 e 5 versam sobre cargos de direção intermédia de 2º grau, existindo no Mapa de Pessoal desta autarquia colaboradores detentores do mesmo cargo e nível hierárquico. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 4. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 13, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Cultura e Desporto. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 5. -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Desenvolvimento Económico. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra indicando tratar-se da criação de mais uma divisão, somada às existentes na anterior estrutura orgânica municipal. Disse ainda que a abertura do procedimento concursal para provimento de chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico não traduzirá qualquer fator surpresa quanto à pessoa a ocupar lugar, pois aquando da disponibilização dos documentos previsionais tiveram o cuidado de fazer referência ao nome da pessoa que irá ocupar o cargo, constante da página n.º 113 do documento, conforme explanado nas páginas n.ºs 346 a 351 da ata da Assembleia Municipal de novembro, de 04.12.2019. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V, Fls. 1). Lamentou a ausência de transparência e de rigor com que os processos de gestão de recursos humanos são conduzidos pelo executivo municipal. Concluiu a sua intervenção questionando, tendo em conta que a estrutura orgânica entrou em vigor tão somente em janeiro de 2020 e, constituindo a Divisão de Desenvolvimento Económico uma nova unidade orgânica, se é verdade que a trabalhadora, cujo nome se encontra refletido nos documentos previsionais, se encontra nomeada em regime de comissão de serviço. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Membro Municipal Luís Fernando que lesse de novo o que enunciou, para ficar registado em ata, dando nota que em reunião de Câmara Municipal houve igual interposição. -----

Vereador Delfim Bismarck – Solicitou a palavra, informando que se aquilo que ocorreu na reunião de Câmara Municipal sobre este ponto foi um caso único, registado em ata, que poderá ser um crime, motivo pelo qual apresentou uma declaração de voto, porque um vereador do PSD fez afirmações concretas sobre o procedimento concursal que vai ser aberto. O ponto versava sobre a aprovação da composição do júri, tendo o conteúdo de alguma das intervenções versado sobre diferente matéria.

Esclareceu que qualquer pessoa tem iguais direitos a concorrer, dentro das regras e legislação aplicada, de ocupar um lugar que venha a ser seu por direito e por competência. O Grupo Municipal do PSD parece não estar a favor da igualdade de oportunidades, querendo condicionar e selecionar candidatos, mas isso este executivo não faz. A seleção dos candidatos será feita de acordo com as regras que decorrem da lei. O concurso é aberto a todas as pessoas que queiram concorrer, podendo vir a ser selecionadas para o lugar, nos termos da lei. Estas também estarão em igualdade de circunstâncias, sem qualquer discriminação deste executivo. A título de curiosidade, recordou que em doze anos de governação do PSD, aquando da nomeação de chefes de divisão em regime de substituição, o resultado final do procedimento concursal deu lugar a comissões de serviço às mesmas pessoas nomeadas em regime de substituição, o que nunca mereceu por parte do CDS qualquer reparo, pois estão certos que todos os requisitos legais foram cumpridos, sendo o lugar por direito e competência dos selecionados. Recordou também as pessoas a que se referem, pois foram mencionados nomes, lembrando que as pessoas visadas foram, em tempos, as mesmas pessoas a quem foram reconhecidas competências técnicas e humanas para liderar alguns dos programas e projetos estratégicos, equipas de colaboradores desta autarquia, parecendo contraditório questionar o que quer que seja sobre trabalhadores deste município. Mais referiu que os colaboradores em momento algum deveriam ser motivo de discussão política de ideias, merecendo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no futuro. Ainda a propósito deste assunto, partilhou que alguns destes técnicos têm sido requisitados para integrar júris de procedimentos concursais de outros municípios, o que se verifica apenas por reconhecimento das suas competências. Neste momento, o chefe da divisão de cultura e desporto deste município é Presidente do júri do procedimento concursal para provimento do chefe de divisão do Município de Oliveira do Bairro. Ao mesmo técnico, após convite do Município Estarreja, autorizou que o mesmo chefe participasse em dois procedimentos concursais nas áreas da cultura e do desporto daquele município. Relativamente aos elementos do júri do procedimento em apreciação, referiu que todos eles, sem exceção, já fizeram parte de outros procedimentos, noutros concelhos, sem colocar em causa a sua idoneidade, que é o que aqui deverá estar em causa, acrescentando que alguns deles fizeram parte de um procedimento no qual foi nomeado para um cargo de direção intermédia de 2.º grau o vereador a que o Presidente da Câmara se referiu, o qual tem uma orientação política conhecida por todos, noutro município. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra informando não conseguir acompanhar o que está em causa, referindo que os Membros Municipais deveriam ter tido acesso ao conteúdo integral da ata da reunião de Câmara Municipal, para saberem exatamente do que se trata, pedindo esclarecimentos adicionais da forma como correu a reunião, para perceber as posições tidas pelo vereador do PSD e que o levou a votar contra a composição do júri em apreciação. -----

Vereador Delfim Bismarck – Esclareceu estar em causa a constituição do júri do procedimento concursal, e o que foi levantado é que está a ser feito um “fato à medida” para determinadas pessoas, tendo ainda sido feitas afirmações relativamente a quem seriam as pessoas selecionadas. Esclareceu haver igualdade dos candidatos à partida, tendo o mesmo júri servido para nomear pessoas noutros municípios. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 5. -----

Votação: Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos treze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Branca e Ribeira de Fráguas; quatro abstenções, das Membros Municipais Filomena Bastos e Anabela Carvalhinhos, do PPD/PSD, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Angeja e de São João de Loure e Frossos, e quatro votos contra, dos Membros Municipais Luís Oliveira, Rui Sousa, José Alho e João Branco, do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 13, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Desenvolvimento Económico. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 6. -----

Ponto 6 – Apreciação e votação da constituição do Júri do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau (Diretor de Departamento) do Departamento Administrativo e Financeiro. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra referindo que as despesas correntes têm aumentado fortemente, com a soma dos blocos das despesas com pessoal e com a aquisição de serviços. Em 2014, a despesa totalizava 9,5 milhões de euros, passando para 11,2 milhões de euros, em 2020, correspondendo a um aumento em cerca de 2 milhões de euros. Ainda assim, o Presidente da Câmara Municipal promove um aumento significativo das despesas com pessoal, com a contratação de um lugar para Diretor de Departamento e dois lugares para Chefe de Divisão, para além dos existentes no ano de 2019. Questionou como justifica a criação de um lugar para Diretor de Departamento Municipal com tanta rapidez. Questionou ainda se o Presidente começa a construção da casa pelo telhado, tendo em conta que ainda não houve provimento do lugar de Chefia para a Divisão Administrativa. Terminou a sua intervenção, referindo que poderá ter uma organização grande, com um número de recursos humanos bastante significativo, mas tal não é sinónimo de uma grande organização, mais eficiente e competente, estando perante uma “navegação à vista” no que toca à gestão de recursos humanos. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 6. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos treze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Branca, Ribeira de Fráguas; quatro abstenções, das Membros Municipais Filomena Bastos e Anabela Carvalhinhos, do PPD/PSD, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Angeja e de São João de Loure e Frossos, e quatro votos contra, dos Membros Municipais Luís Oliveira, Rui Sousa, José Alho e João Branco, do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 13, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Júri do

Procedimento Concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau (Diretor de Departamento) do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 7. -----

Ponto 7 – Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à freguesia de Alquerubim para financiamento das despesas decorrentes da reposição das condições de circulação no Caminho do Campo, que liga a Rua da Aldeia, Alquerubim à Fontinha, na sequência de intempérie. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra agradecendo a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, pela disponibilidade manifestada sempre que é preciso atender a um problema. Desta vez, foi o Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim quem, oportuna e prontamente, ajudou o município a resolver um problema, com os recursos próprios da freguesia. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra apresentando um voto de solidariedade perante os apoios a atribuir, percebendo os motivos pelo facto de a Junta de Freguesia ter esgotado os seus *plafonds* em materiais e equipamentos. As freguesias mais castigadas com as intempéries foram as do sul do município. A Freguesia de São João de Loure e Frossos terá de realizar investimentos até ao final do mês de março, mas não pretende esgotar o *plafond* total apenas com aquela intempérie, esperando que o procedimento adotado se realize nos mesmos termos, aquando do investimento na extensão de 6 kms, para fazer as devidas reparações. Referiu que esta intempérie não foi apenas resultado das tempestades ocorridas. Disse ainda ter tido conhecimento que a Câmara Municipal de Sever do Vouga e de Albergaria-a-Velha se uniram para mover um processo contra a EDP. Na sua opinião, esta intempérie deveu-se à má gestão das descargas da barragem Ribeiradio, devendo ser assacadas as respetivas responsabilidades. Questionou se a responsabilidade vai ser direcionada só à Junta de Freguesia e respetivo município ou haverá mais alguma entidade, nomeadamente a CIRA ou outra entidade que desenvolveu a empreitada sob sua orientação. Caso se verifique esta última hipótese, evitar-se-á que a Junta de Freguesia utilize recursos próprios. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo tratar-se de duas questões distintas: uma coisa são as intempéries, que são transversais; outra coisa tem a ver com o acesso das pessoas de Alquerubim e de São João de Loure a Águeda. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 7. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro à freguesia de Alquerubim para financiamento das despesas decorrentes da reposição das condições de circulação no Caminho do Campo, que liga a Rua da Aldeia, Alquerubim à Fontinha, na sequência de intempérie. A proposta da Câmara Municipal dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, cuja fotocópia fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante desta (Anexo VI – Fls. 5). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 8. -----

Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação - Mandato 2017/2021 - e consequente nomeação -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo que a proposta de alteração decorre da nomeação de novos Órgãos no ano letivo em curso. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 8. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto do artigo n.º 6 do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Retificação n.º 13/2003, de 11 de outubro, Lei n.º 6/2012, de 10 de janeiro e Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, conjugado com a alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a alteração da constituição e consequente nomeação do Conselho Municipal da Educação - Mandato 2017/2021, ficando com a composição constante da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo parte integrante da presente ata (Anexo VII, fls.3). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 9. -----

Ponto 9 – Apreciação da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), emitida pela Assembleia Municipal – Listagem dos compromissos assumidos -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 10. -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, dos pontos 3 a 8 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Votação: Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, os pontos 3 a 8 do Edital n.º 41/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público -----

Não houve intervenções do público a registar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu por encerrada a sessão, eram 23:45 horas. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto

no número um, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Mário Rui de Almeida Branco, Presidente da Assembleia Municipal, e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____